

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.589 - MG (2019/0073487-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**  
**ADVOGADO : BRUNO PEREIRA BELISARIO SANTOS E OUTRO(S) - MG110087**  
**EMBARGADO : EDNA ROCHA MARKUS**  
**ADVOGADO : KATIA MAGALHAES PIMENTEL E OUTRO(S) - MG154831**

## **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, a decisão de minha lavra, assim fundamentada, **in verbis**:

"Trata-se de Recurso Especial, interposto por EDNA ROCHA MARKUS, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - RAZÕES DISSOCIADAS DA MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- De acordo com o princípio da dialeticidade o recurso deve conter as razões do inconformismo da recorrente, as quais devem versar expressamente sobre a matéria decidida na sentença de maneira que constatada a impertinência das alegações expendidas na peça recursal.

- Não se insurgindo expressamente contra o fundamento do julgamento da sentença, preferindo reiterar razões da inicial, a apelante deixou de atender requisito da regularidade formal consubstanciado no princípio da dialeticidade, o não conhecimento da apelação é medida que se impõe" (fls. 257e).

Inconformada, sustenta a parte recorrente o seguinte:

"III.i Ofensa direta ao disposto nos incisos II e III do art. 1.010 do Código de Processo Civil e ofensa reflexa ao disposto nos artigos 3º, 4º e 6º, todos do Código de Processo Civil.

A recorrente se insurge contra o acórdão que negou provimento ao recurso de agravo interno, confirmando a decisão monocrática do relator, que não conheceu do recurso de

apelação da recorrente.

O entendimento esposado no acórdão recorrido, *concessa venia*, equivocado e distanciado de uma leitura atenta dos autos, ceifa da recorrente o direito de obter do Poder Judiciário o exame do mérito da questão posta sob julgamento para a reforma da decisão proferida em primeira instância, que está em total descompasso com os princípios fundamentais da legalidade, igualdade, segurança jurídica, assim como a arrastada injustiça que ocorre no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Procurador Municipal.

No acórdão recorrido, o voto condutor proferido pelo relator fundamenta que 'a agravante recorreu contra a alteração do Edital do Concurso Público para o Cargo de Procurador Municipal e não contra o indeferimento liminarmente da inicial do mandado de segurança haja vista depender de dilação probatória, não tendo demonstrado, assim, os motivos do seu inconformismo'.

Data venia, o acórdão recorrido, como se exporá a seguir, além de violar os artigos 3º, 4º, 6º e 1.010, II e III, todos do Código de Processo Civil (que é objeto desse recurso especial), apresenta fundamentação deficiente para negar provimento ao recurso de agravo interno da recorrente, já que se limita: a empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; a invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; a não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; a invocar precedente, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

Principalmente, da leitura minuciosa do acórdão recorrido, cujo fundamento está restrito a um único parágrafo, acima destacado, percebe-se que a turma julgadora simplesmente não leu o recurso de apelação da recorrente ou, se leu, nega-se a enfrentar o mérito da questão, sob suposta violação ao princípio da dialeticidade.

Em adição, o § 3º do art. 1.021 do Código de Processo Civil prevê que é vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno, como faz o acórdão recorrido.

De toda forma, o fundamento único do acórdão recorrido é o de que 'a agravante recorreu contra a alteração do Edital do Concurso Público para o Cargo de Procurador Municipal e não contra o indeferimento liminarmente da inicial do mandado de segurança haja vista depender de dilação probatória, não tendo demonstrado, assim, os motivos do seu inconformismo'.

Tal fundamento é descabido e dissociado do que efetivamente acontece no caso concreto, uma vez que pela simples leitura da peça recursal da recorrente depreende-se, inclusive, a sub-capitulação do recurso na forma do art. 1.010 do Código de Processo Civil:

(...)

Ademais, no capítulo específico do recurso sobre 'razões do pedido de reforma', a recorrente inequivocamente expõe (inclusive em negrito e com grifos) seu inconformismo quanto ao motivo de indeferimento da petição inicial pelo MM. Juiz de Direito. Sem muito esforço cognitivo, basta conferir os seguintes trechos:

### III Razões do pedido de reforma

(...) o desrespeito à regra do edital de abertura do concurso e a não realização do procedimento administrativo obrigatório para verificação da condição declarada como negro para preenchimento de vaga reservada, antes da realização da prova discursiva, de per si, representam flagrante desrespeito ao princípio da isonomia, da legalidade e à segurança jurídica, frustrando-se expectativas legítimas de participação no certame, dificultando o acesso aos cargos públicos, notadamente para vagas reservadas a candidatos negros 'que, concretamente, conduzem à violação ao direito líquido e certo da apelante.

E, ao contrário da fundamentação adotada pelo MM. Juiz de Direito, esse direito líquido e certo não necessita de outras provas, a não ser a prova documental pré-constituída carreada com a petição inicial (o próprio edital e suas alterações constantes na página de acompanhamento:[http://www.cespe.unb.br/concursos/pre\\_f\\_bh\\_16\\_procurador/](http://www.cespe.unb.br/concursos/pre_f_bh_16_procurador/)).

Observe-se bem que a apelante não ancorou seu direito líquido e certo em suposta possibilidade de classificação

para a prova discursiva, nem em estatísticas sobre fraude em autodeclaração de negros, como incoerentemente fundamenta o MM. Juiz de Direito.

A apelante também discorda veementemente de que a realização do procedimento administrativo obrigatório para verificação da condição declarada como negro, em 'outra oportunidade', seja ato discricionário da Administração Pública que, em verdade, encontra-se vinculada às regras do edital de abertura do concurso, que configura a 'lei interna do concurso'.

Repita-se o direito líquido e certo da apelante é ter respeitada a regra do edital de abertura do concurso e, com isso, garantida isonomia material, submetendo os candidatos aprovados na prova objetiva ao procedimento administrativo obrigatório previsto no edital para verificação da condição de negro declarada (legalidade) e, após o resultado da avaliação pela comissão competente, divulgação da listagem dos candidatos, de acordo com as notas obtidas para classificação para a prova discursiva (segurança jurídica), o que não foi feito em decorrência de se postergar referido procedimento para momento ainda não definido pela banca organizadora do concurso e que, na prática, desclassifica todos aqueles candidatos que não foram convocados para a prova discursiva (injustiça/restrrição de acesso).

(...) (grifos e destaques do original)

Além desses trechos em destaques, que demonstram impugnação específica ao que restou decidido, mostra-se bastante óbvio que o recurso de apelação é balizado pela sentença de indeferimento da petição inicial e apresenta argumentação jurídica substancial para combater o fundamento de ausência de direito líquido e certo adotado em primeira instância. Basta confrontar a sentença recorrida e o recurso de apelação da recorrente.

Como corretamente fundamenta o acórdão recorrido 'a agravante recorreu contra a alteração do Edital do Concurso Público para o Cargo de Procurador Municipal'. Entretanto, ao contrário da conclusão trazida no mesmo parágrafo referenciado pela turma julgadora, é bastante óbvio que a recorrente, no recurso de apelação, manifestou-se contra o

# *Superior Tribunal de Justiça*

indeferimento da inicial no mandado de segurança, quando, dentre outras passagens, argumenta que 'ao contrário da fundamentação adotada pelo MM. Juiz de Direito, esse direito líquido e certo não necessita de outras provas, a não ser a prova documental pré-constituída carreada com a petição inicial (o próprio edital e suas alterações constantes na página de acompanhamento:[http://www.cespe.unb.br/concursos/pref\\_bh\\_16\\_procurador/](http://www.cespe.unb.br/concursos/pref_bh_16_procurador/))'.

(...)

Em suma, é de causar perplexidade, deparar-se com a genérica fundamentação adotada no acórdão recorrido, que valida a decisão monocrática frente aos ditames do Código de Processo Civil quanto à primazia do mérito (CPC, art. 6º) e diante de uma situação concreta em que há real necessidade de tutela do Poder Judiciário, com atuação célere e justa (CRFB, art. 5º, XXXV e LXXVIII / CPC, art. 3º e 4º), num assunto de tamanha importância e gravidade para admissão no cargo público, notadamente para o de Procurador Municipal de Belo Horizonte" (fls. 568/572e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Sem contrarrazões (fl. 576e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 577/579e).

A irresignação merece acolhimento, em parte.

O Tribunal de origem dirimiu a controvérsia, nos seguintes termos:

"É cediço que a parte recorrente deve declinar os motivos pelos quais afirma incorreta a decisão recorrida e as razões para que seja ela reformada (ou anulada), de modo a permitir ao órgão revisional ter ciência dos fundamentos invocados para ser proferido novo julgamento.

A ausência dos fundamentos justificantes do pleito de reforma do 'decisum' impede o exame do recurso.

Sobre o tema, assim já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Assim sendo, a agravante recorreu contra a alteração do Edital do Concurso Público para o Cargo de Procurador Municipal e não contra o indeferimento liminarmente da inicial do mandado de segurança haja vista depender de dilação probatória, não

# Superior Tribunal de Justiça

tendo demonstrado, assim, os motivos do seu inconformismo.

Destarte, em razão do princípio da dialeticidade não deve ser conhecido o recurso de apelação, sendo incensurável a decisão agravada" (fls. 550/551e).

Em relação à tese de violação aos arts. 3º, 4º e 6º do CPC/2015, observa-se que não foi debatida pelo Tribunal **a quo**. Portanto, inviável a apreciação, nesta Corte, ante a falta de prequestionamento, pelo Tribunal de origem, o que atrai incidência da Súmula 282 do STF 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada'.

Cumprе ressaltar que, nos termos do art. 1.025 do CPC/2015, 'consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade'.

Infere-se, assim, da lei de regência, que, para a adoção do denominado prequestionamento ficto – segundo o qual a oposição dos Embargos de Declaração seria suficiente ao suprimento do requisito do prequestionamento – faz-se necessário, além da invocação da questão, por ocasião dos Embargos de Declaração, opostos contra o acórdão do Tribunal de origem, que a Corte superior considere a existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade no referido **decisum**, em razão da alegação de contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, nas razões do Recurso Especial.

Sobre o tema, confira-se o seguinte precedente do STJ:

'CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

01. Inviável o recurso especial na parte em que a insurgência recursal não estiver calcada em violação a dispositivo de lei, ou em dissídio jurisprudencial.

02. Avaliar o alcance da quitação dada pelos recorridos e o que se apurou a título de patrimônio líquido da empresa, são matérias insuscetíveis de apreciação na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.

**04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.**

05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de titularidade sobre parte do patrimônio inventariado.

06. Recurso especial não provido' (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

Nesse contexto, em relação aos arts. 3º, 4º e 6º do CPC/2015, destaca-se que, além de os referidos dispositivos legais não terem sido apreciados, pelo acórdão recorrido, não foram opostos Embargos de Declaração, em 2º Grau, além de, no presente Recurso Especial, não se alegar violação ao art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual não restaram observados os requisitos previstos no art. 1.025 do CPC/2015, para fins de consideração do prequestionamento ficto.

Quanto ao mais, assiste razão à recorrente.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem dissentiu da jurisprudência desta Corte, segundo a qual 'a mera reiteração, na petição do recurso, das razões anteriormente apresentadas, por si só, não é motivo suficiente para o não conhecimento do recurso, quando estejam devidamente expostos os motivos de fato e de direito que evidenciem a intenção de reforma da decisão recorrida, tal como ocorreu na hipótese dos presentes autos' (STJ, AgInt no REsp 1.657.136/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/10/2017).

A propósito:

'AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. CONFIGURAÇÃO. ART. 514, II, DO

# Superior Tribunal de Justiça

CPC.

1. A reprodução da petição inicial nas razões de apelação não enseja, por si só, ofensa ao princípio da dialeticidade, consoante entendimento pacífico deste Superior Tribunal.
2. Na hipótese não houve impugnação suficiente dos fundamentos da sentença.
3. Agravo regimental não provido' (STJ, AgRg no AREsp 832.883/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/05/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, conheço parcialmente do Recurso Especial e, nessa parte, **dou-lhe provimento**, a fim de anular o acórdão de fls. 257/260e, para que seja apreciada a Apelação" (fls. 595/601e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que a decisão padece de omissão, nos seguintes termos:

"2. Com efeito, Vossa Excelência, Ministra Assusete Magalhães, deu provimento ao recurso especial, a fim de anular o acórdão de fls. 257/260e, para que seja apreciada a Apelação, 'a mera reiteração, na petição do recurso, das razões anteriormente apresentadas, por si só, não é motivo suficiente para o não conhecimento do recurso, quando estejam devidamente expostos os motivos de fato e de direito que evidenciem a intenção de reforma da decisão recorrida, tal como ocorreu na hipótese dos presentes autos'.

3. A decisão, com as escusas de praxe, padece de omissão.

II - A FALTA DE INTERESSE DA PARTE EMBARGADA NO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO JUDICIAL DA QUAL RESULTOU O PRESENTE RECURSO ESPECIAL

4. Cuidam os autos, no Tribunal de origem, de apelação contra sentença que indeferiu liminarmente pretensão manifestada em ação de mandado de segurança, em que se postulou ordem à apontada autoridade coatora que suspendesse prova discursiva de concurso público prevista para os dias 16 e 17/09/2017, até que observada regra editalícia revogada de comprovação de etnia declarada pelos candidatos aprovados na fase anterior.

5. Ocorre que, como cediço, as provas subjetivas cuja realização a parte embargada pretendia suspender pelo mandado de segurança já foram realizadas há mais de anos. Em verdade, o concurso público já foi finalizado, tendo seu resultado final homologado e posteriormente



# *Superior Tribunal de Justiça*

nomeados os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital de abertura. Desse modo, não mais há interesse jurídico no processamento do mandado de segurança impetrado na origem, de modo que já não faz sentido determinar que novo julgamento do recurso de apelação da candidata seja realizado pelo Tribunal de origem. Nesse sentido, destacou o Ministério Público do Estado de Minas Gerais que 'o objeto da própria impetração já se esgotou, uma vez que as provas que se pretendiam impedir já foram realizadas' (e-STJ fl. 280).

6. A propósito, confira-se a pacífica orientação jurisprudencial desse e. STJ:

(...)

8. Assim, diante da inexistência de efeito prático a ser tutelado com o eventual acolhimento do pleito, fica evidente a falta de interesse processual no prosseguimento da demanda, já que a impetrante não participou da prova discursiva do concurso para Procurador Municipal" (fls. 606/608e).

Impugnação da parte embargada, a fls. 612/618e, pela rejeição dos Declaratórios.

Não assiste razão à parte embargante.

De início, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09/03/2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, **in casu**, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Na lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, "há omissão quando o tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento, suscitadas pelas partes ou examináveis de ofício (...), ou quando deixa de pronunciar-se acerca de algum tópico da matéria submetida à sua cognição, em causa de sua competência originária, ou obrigatoriamente sujeita ao duplo grau de jurisdição (art. 475), ou ainda mediante recurso, inclusive quanto a ponto acessório, como seria o caso de condenações em despesas processuais e honorários advocatícios (art. 20), ou de sanção que se devesse impor (por exemplo, as previstas no art. 488, nº II, e no art. 529)" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Volume V, Forense, 7ª edição, p. 539).

Constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas

proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

Para ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA, "a rigor, há de se entender que o erro material é aquele que consiste em simples *lapsus linguae aut calami*, ou de mera distração do juiz, reconhecível à primeira vista. Sempre que o suposto erro constitui o resultado consciente da aplicação de um critério ou de uma apreciação do juiz, ainda que inócua, não haverá erro material no sentido que a expressão é usada pela disposição em exame, de modo que sua eventual correção deve ser feita por outra forma, notadamente pela via recursal" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Rio de Janeiro: Forense, 2003, Volume IV, p. 301). Na mesma linha, o escólio de EDUARDO TALAMINI: "o erro material reside na *expressão* do julgamento, e não no julgamento em si ou em suas premissas. Trata-se de uma inconsistência que pode ser clara e diretamente apurada e que não tem como ser atribuída ao *conteúdo do julgamento* – podendo apenas ser imputada à forma (incorreta) como ele foi exteriorizado" (**in** Coisa Julgada e sua Revisão, RT, 2005, p. 527).

A obscuridade, por sua vez, verifica-se quando há evidente dificuldade na compreensão do julgado. Ocorre quando há a falta de clareza do **decisum**, daí resultando a ininteligibilidade da questão decidida pelo órgão judicial. Em última análise, ocorre a obscuridade quando a decisão, no tocante a alguma questão importante, soluciona-a de modo incompreensível. É o que leciona VICENTE GRECO FILHO:

"A obscuridade é o defeito consistente na difícil compreensão do texto da sentença e pode decorrer de simples defeito redacional ou mesmo de má formulação de conceitos. Há obscuridade quando a sentença está incompreensível no comando que impõe e na manifestação de conhecimento e vontade do juiz. A obscuridade da sentença como os demais defeitos corrigíveis por meio de embargos de declaração prejudicando a inteligência da sentença prejudicará a sua futura execução.

A dúvida é o estado de incerteza que resulta da obscuridade. A

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentença claramente redigida não pode gerar dúvida" (in Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, São Paulo: Saraiva, 2000, pág. 241).

Infere-se, portanto, que, não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

**In casu**, quanto ao cerne do inconformismo recursal, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão embargada está suficientemente fundamentada em que o Tribunal de origem dissentiu da jurisprudência desta Corte, segundo a qual "a mera reiteração, na petição do recurso, das razões anteriormente apresentadas, por si só, não é motivo suficiente para o não conhecimento do recurso, quando estejam devidamente expostos os motivos de fato e de direito que evidenciem a intenção de reforma da decisão recorrida, tal como ocorreu na hipótese dos presentes autos" (STJ, AgInt no REsp 1.657.136/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, Dje de 13/10/2017).

Ademais, esta Corte possui entendimento, no sentido de que "a homologação final do concurso não induz à perda do objeto da ação proposta com a finalidade de questionar uma das etapas do certame" (STJ, AgInt no AREsp 1.057.237/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/03/2018).

Em verdade, não existe qualquer dos vícios que ensejaria a oposição de Declaratórios, de vez que a decisão ora embargada apreciou, fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia.

Com efeito, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Ante o exposto, rejeito os Declaratórios.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora